



## ESTADO DO CEARÁ

**MENSAGEM Nº.           ,           de outubro de 2015.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à consideração dessa Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e aprovação, o Projeto de Lei Orçamentária, que estima receita e fixa despesa para o exercício financeiro de 2016, em cumprimento ao disposto nos Arts. 88, inciso III e 203, § 3º, inciso VI, da Constituição Estadual.

O presente Projeto de Lei compreende o orçamento fiscal, referente aos três Poderes Estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta e empresas estatais dependentes, incluindo-se as fundações legalmente instituídas e mantidas pelo Poder Público. Além disso, contempla ainda o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas controladas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social votante.

A proposta orçamentária foi elaborada considerando as orientações estratégicas do **Plano Plurianual para 2016-2019**, os resultados a serem alcançados, bem como toda sua definição programática na busca por um **Ceará de Gestão Democrática por Resultados**, um Ceará **Acolhedor e Saudável, de Oportunidades e do Conhecimento** e, ao mesmo tempo, **Sustentável** e **Pacífico**. Além do plano estratégico, a elaboração do orçamento se pauta nas diretrizes emanadas na **Lei de Diretrizes Orçamentárias** para 2016, Lei Estadual nº 15.839, de 27 de julho de 2015, que orienta a elaboração e estruturação de todo o Orçamento Estadual. Dessa forma, a proposta orçamentária do Estado do Ceará, consoante o que dispõe a Constituição e a

Lei de Responsabilidade Fiscal, garante a integração entre os instrumentos de Planejamento Governamental.

Ainda buscando o alinhamento adequado ao Plano Plurianual, a proposta orçamentária para 2016 teve como parâmetro o novo recorte territorial de 15 (quinze) regiões de planejamento, sendo 14 (quatorze) dimensões regionais e 01 (uma) que representa a totalidade do território do Estado do Ceará.

Antes de tratar sobre os principais números do Projeto, há que se reportar a **atual conjuntura econômica e perspectivas para 2016**. O panorama econômico de 2015 foi de desaceleração econômica, motivado tanto por fatores externos como por fatores internos. No âmbito externo, a queda dos preços das commodities interferiu na capacidade de crescimento econômico mundial, reduzindo o dinamismo do comércio e dificultando o desenvolvimento do setor externo brasileiro – ainda fortemente dependente de commodities -, além de incertezas nos Estados Unidos, zona do Euro e na China. A economia internacional continua, principalmente na Europa, em dificuldade para se reerguer após a crise de 2008.

A confiança ainda não foi plenamente restabelecida e a agenda de reforma e dos acordos internacionais continuam num ritmo aquém do necessário para que a economia mundial entre novamente num ciclo virtuoso. Some-se às questões econômicas, a instabilidade política na Europa – em virtude da crise migratória –, no Oriente Médio – em virtude do impasse na Síria, da retomada da violência entre Israel e Palestina e ainda os desdobramentos da Primavera Árabe – e, por fim, a expectativa ante a eleição nos EUA.

A alta do dólar frente a todas as moedas – sobretudo ao real – coloca novos desafios ao equilíbrio da balança comercial, à taxa de juros e ao controle da inflação. Acresce relatar o cenário de aumento da desigualdade em vários países desenvolvidos, com desdobramentos ainda imprevistos para as diferentes sociedades. Internamente, os efeitos da desaceleração da economia mundial foram sentidos pela matriz econômica brasileira, criando dificuldades para diversos setores produtivos. Assim, o ciclo de expansão econômica – ancorado, principalmente, em commodities - e de políticas anticíclicas – baseadas no incentivo ao consumo via distribuição de

benefícios aos distintos grupos sociais – enfrenta dificuldades para continuar se reproduzindo.

A política de ajuste fiscal ou de busca por um novo de equilíbrio das contas públicas impactou sobremaneira a União, Estados e Municípios e, não menos, o setor privado. As dificuldades inerentes a estes momentos de imprevisibilidade econômica exigem prudência e responsabilidade dos governos no planejamento e na consecução do orçamento. São muitos os caminhos, são várias às possibilidades, são diferentes os cenários, mas certo é que as escolhas são difíceis no atual contexto político e econômico.

É neste sentido que a necessidade de realinhamento do preço da energia, a desvalorização da moeda, o crescimento da inflação, além de instabilidade política afetaram a capacidade de resposta institucional aos desafios da desaceleração econômica. No caso do Ceará, a crise hídrica – uma seca continuada de quatro anos – torna ainda complexa às opções no curto e médio prazo.

Apesar do equilíbrio fiscal garantido nos últimos anos pelo Estado e das recorrentes taxas de crescimento do PIB superior ao crescimento nacional, os problemas correlacionados da economia internacional e nacional impuseram ao Governo Estadual, **durante o exercício de 2015, a adoção de medidas** para redução de gastos e fortalecimento da arrecadação. Com relação ao controle de gastos, vale destacar a redução de despesas de custeio para todas as secretarias, redução da nomeação de cargos comissionados, o controle da frota de veículos, de combustíveis e de energia, tudo isso aliado a uma melhor eficiência administrativa. No que se refere às Receitas, o realinhamento de taxas, de tributação sobre produtos consumidos por pessoas de rendas mais altas, a renegociação das dívidas de contribuintes e a otimização da gestão tributária, foram algumas medidas tomadas pelo Poder Executivo.

Nesse momento de redução da atividade econômica e falta de confiança dos agentes e instituições, há uma retração na produção industrial, queda no comércio e no setor de serviços, e em outros setores de atividades, com impacto direto na arrecadação e nas transferências do Governo Federal, em especial o Fundo de Participação dos Estados - FPE. Diante desse cenário difícil e em constante mutação, os valores inicialmente previstos quando da elaboração da Lei de Diretrizes

Orçamentárias, no início do ano, precisaram ser revistos durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Assim, durante a elaboração da proposta orçamentária buscamos garantir as **obrigações constitucionais e legais, as despesas essenciais aos serviços públicos e priorizar os investimentos com fontes alternativas** de financiamento, com possibilidade até de concessões ao setor privado para estimular a economia estadual.

Do total do Orçamento, estimado em R\$ 24.314,0 milhões para 2016, R\$ 2.939,8 milhões referem-se a **transferências obrigatórias**, que correspondem a parcela de 50% do IPVA e 25% do ICMS, do IPI-Exp, e dos Royalties, que pertencem aos Municípios, conforme determinação constitucional.

Garantidos estes repasses, foram apropriados recursos para **obrigações constitucionais**, visando assegurar a aplicação mínima em Saúde (12%) e Educação (25%). O Estado do Ceará está prevendo para 2016 a aplicação de R\$ 4.096,9 milhões para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, e para a Saúde R\$ 2.169,2 milhões, representando respectivamente, 26,6% e 14,1% da receita líquida de impostos e transferências.

No que se refere ao pagamento da **dívida**, foram destinados cerca de R\$ 1.119,4 milhões no orçamento de 2016, para garantir o pagamento de amortização e juros. Durante o exercício financeiro poderão ser necessárias alterações em funções de constantes variações da taxa de câmbio (R\$/US\$) poderão afetar as operações de créditos contratadas em moeda estrangeira.

As despesas com **Pessoal e Encargos Sociais** representa o maior componente do gasto estadual, estimados em R\$ 9.849,4 milhões, correspondendo a um crescimento de 9,3% quando comparado com a Lei Orçamentária de 2015. As estimativas para esta despesa obedecem aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e estão balizadas na confiança de um cenário econômico melhor do que 2015.

Com relação às **obrigações essenciais**, o Estado conteve os gastos correntes relacionados ao custeio de manutenção, ou seja, gastos administrativos e de tecnologia da informação da área meio, direcionando expansão para as áreas finalísticas. Assim,

o Estado do Ceará mantém os equipamentos já postos em funcionamento e amplia sua rede de atendimento por meio da implantação, principalmente, de:

- Hospital de Quixeramobim, Policlínicas e UPAs;
- Delegacias Municipais, Delegacias Regionais e outras delegacias;
- Campus Multiinstitucional, Restaurante Universitário, Residência Universitária;
- Museu de Imagem e Som;
- Equipamentos Culturais
- Escolas de Educação Profissional e Escolas Regulares, Educação Infantil;
- Cadeias municipais tipo I, CPPL IV Itaitinga e Vapt-Vupt de Sobral; e
- Unidades sócio-educativas.

O custo para garantir estas **Outras Despesas Correntes** (excetuando as transferências constitucionais) é da ordem de R\$ 5.266,2 milhões e estão distribuídos prioritariamente nas áreas da:

- Saúde: R\$ 2.087,4 milhões;
- Educação: R\$ 678,5 milhões;
- Segurança Pública: R\$ 294,0 milhões; e
- Ciência, Tecnologia e Universidades: R\$ 248,9 milhões.

No que se refere a **Cultura**, o governo tem demonstrando avanços no compromisso com esse setor, destinando 40% a mais de recursos que o previsto na Lei Orçamentária Anual de 2015. Esse investimento destina-se principalmente a ampliação, reforma e manutenção de equipamentos culturais, apoio e modernização dos Pontos de Cultura, premiação a Projetos Culturais e recuperação e dinamização de bibliotecas públicas e os espaços culturais como o Centro Dragão do Mar e o novo Cine São Luiz.

Com relação aos **Investimentos**, o Governo apresenta o compromisso de buscar alternativas para o financiamento dos projetos necessários ao desenvolvimento do Estado, tais como parcerias público-privadas, cooperação com o governo federal, acordos com instituições financeiras e de cooperação técnica internacional e parceiros privados, totalizando um montante de R\$ 4.963,9 milhões, previstos para 2016.

Um dos principais investimentos da proposta orçamentária para 2016 diz respeito à ampliação da **oferta hídrica** no Estado. Frente a crise hídrica no país, e escassez de água no estado, foram priorizados projetos de Convivência com a Seca, destinando recursos para a construção do Cinturão das Águas, da ordem de R\$ 486,7 milhões, provenientes de recursos do Governo Federal, Empréstimos e do Tesouro Estadual. Além disso, outras iniciativas como a construção de adutoras, de cisternas e de sistemas de abastecimento de água serão desenvolvidas na busca da ampliação do acesso água, contribuindo para a garantia do abastecimento para o consumo humano e para expansão da atividade econômica. O uso consciente da água se inseriu no conjunto de ações do Plano de Convivência com a Seca, que estabeleceu metas que continuam a ser perseguidas de forma intersetorial.

O orçamento para 2016 também prevê investimentos em **Infraestrutura Logística** envolvendo aplicação de recursos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos e **Infraestrurura Social e Urbana** nas áreas de Habitação, Saneamento, Educação, Saúde, Esporte, Cultura, dentre outros.

No tocante às **rodovias**, estão previstos R\$ 1.054,5 milhões envolvendo iniciativas de construção, pavimentação, restauração e conservação de rodovias, necessárias para estimular o crescimento econômico e social e a integração regional.

Com relação às **ferrovias**, merece destaque o Metrô Linha Leste cuja previsão para 2016 é da ordem de R\$ 470,0 milhões, com recursos captados do Governo Federal e empréstimos. Além deste, o Estado estima projetos de Implantação do sistema metro ferroviário das Linhas Sul, Oeste, Norte, Caucaia/Pecém e Cariri, proporcionando melhoria na qualidade do transporte e redução do tempo de deslocamento.

Na infraestrutura **portuária**, o Estado manterá os investimentos para a consolidação do Porto do Pecém, constituindo uma infraestrutura de valor econômico capaz de proporcionar verdadeiras mudanças no perfil da economia industrial e de serviços do Estado, com a atração de investidores privados para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

Na área da **Habitação e Saneamento Básico**, destacam-se os investimentos para ampliação da oferta de moradia, principalmente por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, a expansão e reabilitação de esgotamento sanitário e abastecimento de água, além da proteção aos mananciais e recuperação das áreas de risco como o Projeto Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê.

Na **área social** merecem destaque os investimentos com a expansão das Escolas de Ensino Médio Integrada à Educação Profissional e Centros de Educação Infantil; Implantação de Hospitais e Aquisição de Equipamentos na Atenção Secundária e Terciária; Reparcelamento e Modernização da Segurança Pública; Ampliação de Cadeias Públicas, Modernização da Ciência e Tecnologia, por meio do PROMOTEC; Construção de Unidades de Proteção Social e Especial; Ampliação da Estrutura Esportiva, dentre outros.

O referido Projeto é composto do texto da Lei, da consolidação dos quadros orçamentários e dos volumes anexos referentes aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, e de Investimentos.

A peça orçamentária para 2016 reflete uma gestão orientada para resultados, propiciando um crescimento econômico com equilíbrio fiscal, atuando de forma intersetorial e reduzindo as desigualdades regionais, servindo de mola propulsora para **“O CEARÁ SEGUIR MUDANDO”**.

Demonstrada a relevância da matéria, solicito o especial apoio de V.Exa. no regular encaminhamento e tramitação desta proposição, esperando contar com sua aprovação.

Finalizo transmitindo à Presidência dessa Assembleia Legislativa, à Mesa Diretora, e aos ilustres Deputados, protestos de elevado apreço e de distinguida consideração.

**CAMILO SOBREIRA DE SANTANA**

Governador

**À Sua Excelência o Senhor  
José Jácome Carneiro Albuquerque  
MD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**